



## Piracicaba-SP

### Legislação Digital

#### LEI Nº 9.870, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2022

Autoriza o Município de Piracicaba a contratar com a Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo, operações de crédito com outorga de garantia, revoga a Lei nº 9.763/2022 e dá outras providências.

Luciano Santos Tavares de Almeida, **Prefeito do Município de Piracicaba**, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições;

Faz saber que a Câmara Municipal de Piracicaba aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei nº 9.870:

Art. 1º Fica o Município de Piracicaba autorizado a celebrar com a Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo, operações de crédito até o montante de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), observada a legislação vigente, em especial as disposições da [Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000](#), destinadas a:

I - obras de tratamento sanitário e correlatas;

II - obras e serviços de iluminação pública.

§ 1º Os recursos resultantes dos financiamentos autorizados neste artigo serão obrigatoriamente utilizados na execução dos projetos descritos nos incisos I e II do **caput** deste artigo, vedada a aplicação de tais recursos em despesas correntes.

§ 2º Os recursos provenientes das operações de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

§ 3º Fica o Poder Executivo Municipal obrigado a promover o empenho e consignação das despesas nos montantes necessários à amortização da dívida, nos prazos contratualmente estipulados, para cada um dos exercícios financeiros em que se efetuar as amortizações do principal, juros e encargos da dívida, até o seu pagamento final.

Art. 2º Fica o Município de Piracicaba autorizado a oferecer a vinculação em garantia das operações de crédito, por todo o tempo de vigência dos contratos de financiamento e até a liquidação total da dívida, sob a forma de Reserva de Meio de Pagamento, das Receitas de Transferências oriundas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (art. 158, inciso IV da [Constituição Federal de 1988](#)) e do Fundo de Participação dos Municípios - FPM (art. 159, inciso I, alínea b da [CF/88](#)), cumulativamente ou apenas um destes, em montante necessário e suficiente para a amortização das parcelas do principal e o pagamento dos acessórios da dívida.

Parágrafo único. As receitas de transferências sobre as quais se autoriza a vinculação em garantia, em caso de sua extinção, serão substituídas pelas receitas que vierem a ser estabelecidas constitucionalmente, independentemente de nova autorização.

Art. 3º O Chefe do Executivo Municipal fica autorizado a constituir a Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo como sua mandatária, com poderes irrevogáveis e irretiráveis, para receber junto às fontes pagadoras das receitas de transferências mencionadas no **caput** do art. 2º, retro, os recursos vinculados, podendo utilizar esses recursos no pagamento do que lhe for devido por força dos contratos a que se refere o art. 1º desta Lei.

Parágrafo único. Os poderes mencionados se limitam aos casos de inadimplemento do Município e se restringem às parcelas vencidas e não pagas.

Art. 4º Fica o Município de Piracicaba autorizado a:

I - participar e assinar contratos, convênios, aditivos e termos que possibilitem a execução da presente Lei;

II - aceitar todas as condições estabelecidas pelas normas da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo, referentes às operações de crédito, vigentes à época da assinatura dos contratos de financiamento;

III - aceitar o foro da cidade de São Paulo para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução dos contratos de que trata esta Lei.

Art. 5º Os orçamentos municipais consignarão, obrigatoriamente, as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o art. 1º, retro.

Art. 6º Para a aplicação dos recursos de que trata o art. 1º, retro, fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Piracicaba, com fonte de recursos de operação de crédito, até o montante de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) nas dotações orçamentárias nº 08011 - 15.451.0040.2250 - 449051, nº 32319 - 17.512.0024.1420 - 449051, nº 32.319 - 17.512.0024.1421 - 449051 e nº 32.319 - 17.512.0024.1422 - 449051.

Art. 7º Fica o Município autorizado a aportar nos projetos de que trata esta Lei, a título de complementação financeira, a contrapartida de até R\$ 26.000.000,00 (vinte e seis milhões de reais), com fonte de recurso do Tesouro Municipal, onerando as dotações orçamentárias nº 08011 - 15.451.0040.2250 - 449051 e nº 32319 - 17.512.0024.1421 - 449051, desde que consignadas em orçamento futuro, na proporção dos impactos orçamentários anexos a esta Lei.

Art. 8º Fica expressamente revogada a [Lei nº 9.763, de 30 de junho de 2022](#).

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Piracicaba, 21 de dezembro de 2022.

Luciano Santos Tavares de Almeida  
Prefeito Municipal

Artur Costa Santos  
Secretário Municipal de Finanças

Paulo Sérgio Ferreira da Silva  
Secretário Municipal de Obras

Clarindo José de Moraes Neto  
Ordenador de despesas do SEMAE

Guilherme Mônico de Mello  
Procurador Geral do Município

Publicada no Diário Oficial do Município de Piracicaba.

Marcel Varella Pires  
Chefe da Procuradoria Jurídico-administrativa

\* Este texto não substitui a publicação oficial.